

## 76 - IMPLEMENTAÇÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO: INTERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E INSTITUIÇÃO FEDERATIVA

**ERASMO BRAZ DOS SANTOS**

Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil  
erasbraz@gmail.com

**Doi: 10.16887/93.a1.76**

### **Abstract**

The implementation is an instance of executing a public policy. And constitutionally guaranteed sport is one of the legitimate themes in this instance. The public university belonging to the state bureaucracy, is a locus of development of this theme. The objective of this study was to analyze the interactions between a public university and a state university federative institution in the implementation of the sport. A historical neoinstitutionalist approach was addressed for which formal and formal institutions matter and are central together with the actors in the discussion of public policies. The categories chosen from the implementation were organizational, political and social context. In the methodology, documentary research and content analysis technique were used. In the results, the interaction between the university and the federative institution was fundamental for the participation of the university in the events promoted at the subnational and national levels. The sports manager (state bureaucrat) of the university, was the actor who most promoted the interaction with the federative entity. However, regarding the categories organizational, political and social context of implementation, this interaction proved to be precarious. It was considered that there was precarious interaction in the formal and formal institutions researched in the sense of consigning robustness to the university sport of Mato Grosso, being basically centered on the participation of sports events promoted at subnational and national levels not entering the aspects of implementation.

**Keywords:** Implementation, Interactions, University sport.

### **Resumen**

La implementación es una instancia de ejecución de una política pública. Y el deporte garantizado constitucionalmente es uno de los temas legítimos en este caso. La universidad pública perteneciente a la burocracia estatal, es un lugar de desarrollo de este tema. El objetivo de este estudio fue analizar las interacciones entre una universidad pública y una institución federativa universitaria estatal en la implementación del deporte. Se abordó un enfoque neoinstitucionalista histórico para el cual las instituciones formales y formales importan y son centrales junto con los actores en la discusión de políticas públicas. Las categorías elegidas de la implementación fueron el contexto organizacional, político y social. En la metodología se utilizó la investigación documental y la técnica de análisis de contenido. En los resultados, la interacción entre la universidad y la institución federativa fue fundamental para la participación de la universidad en los eventos promovidos a nivel subnacional y nacional. El gerente deportivo (burócrata estatal) de la universidad, fue el actor que más promovió la interacción con la entidad federativa. Sin embargo, en cuanto a las categorías contexto organizativo, político y social de implementación, esta interacción resultó ser precaria. Se consideró que hubo una interacción precaria en las instituciones formales y formales investigadas en el sentido de consignar robustez al deporte universitario de Mato Grosso, centrándose básicamente en la participación de eventos

deportivos promovidos a nivel subnacional y nacional no entrando en los aspectos de implementación.

**Palabras clave:** Implementación, Interacciones, Deporte universitario.

## RÉSUMÉ

La mise en œuvre est une instance d'exécution d'une politique publique. Et le sport garanti par la Constitution est l'un des thèmes légitimes dans ce cas. L'université publique appartenant à la bureaucratie d'État, est un lieu de développement de ce thème. L'objectif de cette étude était d'analyser les interactions entre une université publique et une institution fédérative d'université d'État dans la mise en œuvre du sport. Une approche néoinstitutionnaliste historique a été abordée pour laquelle les institutions formelles et formelles sont importantes et sont centrales avec les acteurs dans la discussion des politiques publiques. Les catégories choisies dans la mise en œuvre étaient le contexte organisationnel, politique et social. Dans la méthodologie, la recherche documentaire et la technique d'analyse de contenu ont été utilisées. Dans les résultats, l'interaction entre l'université et l'institution fédérative a été fondamentale pour la participation de l'université aux événements promus aux niveaux infranational et national. Le directeur sportif (bureaucrate de l'État) de l'université était l'acteur qui favorisait le plus l'interaction avec l'entité fédérative. Cependant, en ce qui concerne les catégories de contexte organisationnel, politique et social de mise en œuvre, cette interaction s'est avérée précaire. Il a été considéré qu'il y avait une interaction précaire entre les institutions formelles et formelles étudiées dans le sens de la consignation de la robustesse au sport universitaire du Mato Grosso, étant essentiellement centrée sur la participation de manifestations sportives promues aux niveaux infranational et national n'entrant pas dans les aspects de la mise en œuvre.

**Mots-clés:** Implémentation, Interactions, Sport universitaire.

## Resumo

A implementação é uma instância de execução de uma política pública. E o esporte garantido constitucionalmente é um dos temas legítimos nesta instância. A universidade pública pertencente à burocracia estatal, é um locus de desenvolvimento deste tema. O objetivo do trabalho foi analisar as interações entre uma universidade pública e uma instituição federativa estadual universitária na implementação do esporte. Abordou-se ótica neoinstitucionalista histórica para qual as instituições formais e informais importam e são centrais junto com os atores na discussão de políticas públicas. As categorias elegidas da implementação foram contexto organizacional, político e social. Na metodologia foi utilizada a pesquisa documental e a técnica de análise de conteúdo. Nos resultados a interação entre a universidade e a instituição federativa foi fundamental para a participação da universidade nos eventos promovidos nos níveis subnacional e nacional. O gestor esportivo (burocrata estatal) da universidade, foi o ator que mais promoveu a interação com a entidade federativa. Porém, no que tange as categorias contexto organizacional, político e social da implementação, essa interação se mostrou precária. Considerou-se que ocorreu precariedade na interação nas instituições formais e informais pesquisadas no sentido consignar robustez ao esporte universitário mato-grossense, estando basicamente centrada na participação de eventos esportivos promovidos em níveis subnacional e nacional não adentrando nos aspectos da implementação.

**Palavras-chave:** Implementação, Interações, Esporte universitário.

## Introdução

A implementação faz parte do ciclo de políticas públicas (FREY, 2000). Tão relevante quanto os outros ciclos (formulação, monitoramento e avaliação), pode ser conceituada conforme Lotta (2019) como materialização ou concretização das políticas públicas, ou a política como ela é. Antes negligenciada, com o avançar do tempo essa temática passou a criar mais robustez tanto na forma empírica quanto analítica, adensando aos estudos brasileiros diálogos com estudos estrangeiros, propiciando possibilidades variadas de modelos analíticos e avanços de estudos empíricos com aportes teóricos mais robustos. Lima e D’Ascenzi (2013) destacam que no processo de formulação deva sobrar margem para que implementadores possam interferir e alterar determinada política pública, baseada nos conhecimentos de situações locais.

Ao analisar a implementação de uma política pública, parte-se de que na sua implantação deva-se ter gerado documentos que a embasam, ou seja, seus vestígios na qual de fato a sua constituição foi solidificada. Nesta condição acredita-se que deve ter sido consignada de alguma forma a participação de atores sociais. Destarte, como apregoa o neoinstitucionalismo histórico tanto nas suas formas como instituições formais quanto informais devem ou deveriam estar presentes. Essa condição se assemelha à construção horizontalizada, chamada de *bottom-up*, numa perspectiva de concepção de baixo para cima. Já o oposto a esta condição seria uma implementação assentada em verticalização, comumente chamada de política *top-down* consignada de cima para baixo (PRESSMAN, WILDAVSKY, 2019).

Segundo os preceitos do neoinstitucionalismo histórico sempre existe um legado institucional e que as instituições sejam elas formais ou informais importam, e, atores sociais marcados por interesses diversificados estão dentro de uma certa história, que insere também as políticas públicas. E o locus desta interação é uma arena na qual as políticas públicas podem afetar as relações entre os atores sociais e suas divergências de ideias, que por sua vez, podem alterar as políticas públicas (MARQUES, 1997; HALL, TAYLOR, 2003; FIORETOS, FALLETI, SHEINGATE, 2016).

O estudo da implementação do esporte universitário é tão relevante quanto aos outros conteúdos de políticas públicas, dado o *status* que as universidades ocupam na sociedade, bem como a contribuição para inúmeros aspectos de desenvolvimento para a comunidade universitária tanto interna quanto externa (via extensão), tais como físico, cognitivo, psíquico (saúde mental) e social. Desta forma, pensar, elaborar/planejar, implementar, avaliar, incentivar ações, projetos e/ou grupos que desenvolvam estes objetivos, são de fato também tarefas das universidades (PEREIRA, SILVA, 2019, p. 102). Este pressuposto para as universidades públicas tendem a serem carregados de mais responsabilidades, já que elas são legítimas representantes da burocracia estatal.

No escopo desta pesquisa, considerando os aportes do neoinstitucionalismo histórico, foram considerados três fatores de destaque: a trajetória histórica das instituições e das políticas, o papel das instituições e o papel dos atores. Sendo que na trajetória destacou-se “as ideias de temporalidade e sequência, bem como para a análise de continuidades e mudanças”. Esse enfoque possibilitou a verificação da evolução histórica da política pública do esporte universitário com destaque para sua implementação. No papel das instituições, foi considerada as características formais e informais que impactam sobremaneira as políticas públicas e obviamente a implementação. Desta forma o estudo do marco legal e as interações das instituições e seus atores, contribuiu para a análise da

implementação do esporte universitário. Destaca-se também a análise em nível subnacional o papel da organização sem fins lucrativos aqui denominada de instituição federativa estadual, entidade maior do esporte universitário. No que tange aos atores, que são marcados por interesses heterogêneos que ao mesmo tempo influenciam e são influenciados nos contextos formais e informais, buscando valer seus anseios coletivos ou de grupos de interesse entre diferentes ideias da política pública, propiciou o enriquecimento da análise uma vez que se entende que os principais envolvidos na implementação do esporte universitário são justamente os atores (PEREIRA, 2014, p. 157, 159). Destarte, foram identificados os atores que gravitam a implementação e reconhecidos os caminhos que aproximaram os segmentos (atores e instituições) e a busca por interações que revelou muito sobre a implementação do esporte universitário mato-grossense.

As interações entre os atores e as instituições é dependente do desenho institucional, que pode facilitar aos atores o acesso a distintos espaços para a possibilidade de articulação. O desenho institucional deve estimular a participação e conectá-la aos níveis com funções deliberativas (SILVA; RIBEIRO, 2016), que vai propiciar a tomada de decisões que visem atender aos anseios dos atores numa perspectiva de construção. Há interações contínuas entre atores e agentes públicos principalmente quando são “compartilhados projetos políticos”, desta forma o Estado não fica totalmente no contraponto das ações coletivas, segundo Abers, Serafim e Tatagiba (2014, p. 331).

São exemplos de rotinas comuns de interação com burocracias estatais: protesto e ação direta, que envolvem a conjunção geralmente contenciosa ou de alteração de atores no afã de pressionar o Estado; participação institucionalizada, tipo de participação indireta realizada em arenas participativas formais; política de proximidade, tratada como *lobby* na qual há aproximação de atores junto aos burocratas estatais da qual lançam mão das relações interpessoais muitas vezes de modo informal; e, ocupação de cargos na burocracia, da qual os atores buscam estrategicamente alcançar objetivos dentro do Estado (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014, p. 331, 332, 333).

Alguns estudos enfatizam o esporte no âmbito universitário tendo a política de esporte com temas diversos (STAREPRAVO *et al.* 2010; GONÇALVES, SILVA, MARINS, 2019; SOUZA, SILVA M, SILVA J, 2019; PEREIRA, SILVA, 2019; CASTILHO, 2020). Porém, pouco tratam especificamente sobre implementação e interações. No que concerne ao nível subnacional, no estado de Mato Grosso, há escassez de estudos que busquem analisar a implementação, principalmente que foquem na interação entre instituições e atores, deixando este estudo na condição de vanguarda. Baseado nessas premissas e para a compreensão do estudo da implementação do esporte na universidade, vem à baila a questão: Como interagem as instituições universidade pública federal (e seus atores) e entidade federativa estadual universitária esportiva mediante à implementação do esporte universitário?

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar as interações entre uma universidade pública federal mato-grossense (e seus atores) e a instituição formal estadual do esporte (entidade federativa) na implementação do esporte universitário. Para tanto buscou-se entender e mostrar a trajetória histórica das instituições, a temporalidade e a sequência que culminou na conformação da implementação, identificando os atores e considerando os seus papéis.

Foi destacado nesta pesquisa a década de 2009 a 2019, uma época de efervescência para o esporte brasileiro: existência do Ministério do Esporte como pasta única, da abertura de janela de oportunidade devido ao volumoso aumento de investimentos no esporte em diversos aspectos tais como infraestrutura, equipamentos, intercâmbios, iniciativas junto às universidades no sentido de contribuir via redes com estudos acerca da política de esporte e lazer, além do Brasil sediar megaeventos esportivos. Deveras foi um período profícuo para o fortalecimento de implementação do esporte. Destarte, a pesquisa visa contribuir com o tema da implementação do esporte universitário, que detém escassos estudos, buscando inserir elementos concretos ao debate, em conformidade com os resultados encontrados, para que possa colaborar com transformações ou redirecionamento de ações nas agendas futuras, principalmente no tange às interações entre diferentes atores e instituições.

## Metodologia

Para compreender as interações baseou-se na pesquisa documental na qual foram configuradas como corpus boletins, editais, regimentos, informes, portarias, resoluções, regulamentos, matérias em sites e jornais (BAUER, GASKELL, 2008, BARDIN, 2011). Os resultados apurados foram baseados na pesquisa documental.

Para analisar os dados embasou-se nos preceitos da técnica de análise de conteúdo para documentos (BARDIN, 2011). Foram propostas como categorias analíticas a Burocracia de Nível de Rua e as formas de interações. A escolha por estas categorias se justifica devido os burocratas de nível de rua estarem atuando justamente no ciclo da implementação (LIPSKY, 2019). Já as formas de interações possibilita identificar as ações coletivas adotadas pelos atores. Os indicadores utilizados foram os cargos ocupados pelos responsáveis pelas representações dos segmentos da universidade e da entidade federativa, além de diferentes documentos componentes do corpus da pesquisa que remeteram ao esporte universitário, tendo como ênfase a implementação.

Foram destacados as categorias (*a priori*) da implementação: (a) o contexto organizacional, ou seja, institucional, a capacidade técnico-administrativa com destaque para os aspectos recursos humanos, financiamento, infraestrutura, equipamentos adequados e disponíveis; (b) político dando ênfase na relação com outras instâncias internas e externas; e, o (c) social considerando os beneficiários, as atividades ofertadas e as dimensões do esporte. Nas interações foram destacadas os indícios de aproximação de burocracias estatais.

Na pesquisa documental para extrair a melhor interpretação dos conteúdos dos aspectos da implementação, foram realizadas diversas leituras atentas, exploratórias e de aprofundamento dos documentos e foram organizados em unidades de registro que facilitou o encaixe nas categorias que foram em consonância com os objetivos da pesquisa decididas *a priori*.

Por amostragem de conveniência, foi escolhida a maior instituição de ensino superior pública federal do estado de Mato Grosso. Em conformidade com a Lei n. 12.527/2011 (BRASIL, 2011), a chamada Lei de Acesso à Informação, foi identificada como Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Como uma Instituição de Ensino Superior, foi criada em dezembro do ano de 1970, por meio da Lei Federal n. 5.647 com o intuito de incentivar e contribuir para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso (DORILEO, 2005). Situada na cidade de Cuiabá, capital do Estado, é composta por mais três campi, sendo

nos municípios de Barra do Garças, Sinop e Várzea Grande. A sua fundação remete ao período da ditadura militar no Brasil e nas premissas da expansão e ocupação das regiões interioranas do país como as regiões Centro-Oeste e Norte, capitaneado pelo período chamado de milagre econômico brasileiro. No campus de Cuiabá, está assentada a reitoria.

Já a entidade federativa estadual do esporte universitário, é uma organização sem fins lucrativos, que está assentada no sistema piramidal federativo. É uma instituição formal que é filiada à entidade maior nacional e é a única entidade federativa responsável pela condução do esporte universitário no estado de Mato Grosso.

## Resultados

No levantamento, foram identificados os seguintes atores da universidade que gravitam a implementação do esporte universitário: (a) gestor esportivo (burocrata de nível de rua), servidor de carreira da instituição (geralmente concursado) que ocupa cargo de confiança na gestão e é o responsável pelas ações que envolvem o esporte universitário em todas as suas vertentes. Porém, conforme o grau de politização ou partidarização da gestão, esse cargo poderá ser ocupado por ente fora da instituição (não concursado); (b) Atleticanos: espaço exclusivo de acadêmicos de graduação e pós-graduação que se associam a uma atlética geralmente ligado ao seu curso de origem. Participam das atléticas via algum tipo de contribuição financeira (por exemplos mensalidades e vendas de produtos), e comumente são partícipes de atividades esportivas e culturais promovidas pelas atléticas, mas também participam (ou deveriam) das atividades da implementação do esporte na universidade; (c) Comunidade interna: são os servidores públicos, normalmente tiveram ingresso por concurso público e são divididos em docentes e técnicos administrativos. Está assentada em normatividade (jurídica) robusta que regem suas carreiras; e, (d) Comunidade externa: são membros da comunidade em geral, oriundos de diferentes classes econômicas, que não tem uma ligação direta acadêmica ou funcional com a universidade. São atendidos via extensão universitária, um dos pilares da universidade.

Após leitura flutuante e sob o aspecto da trajetória histórica das instituições, a temporalidade e a sequência que culminou na conformação da política de esporte universitária, identificou-se na exploração do material um conjunto de legislação e acontecimentos, no qual são destacados os principais na sequência linear abaixo. Esse resultado tomou como base os primórdios do esporte universitário brasileiro, ultrapassando o período previsto na pesquisa, porém devido à sua relevância foram mantidos.

Entre as décadas de 1916 a 1930: Surgimento da Federação Atlética de Estudantes no Rio de Janeiro e da Federação Universitária Paulista de Esportes. Realização da primeira competição universitária no Brasil, a MAC-MED e a 1ª. Olimpíada Universitária, realizada em São Paulo. Fundação da Confederação Universitária Brasileira de Esportes. Em 1939: Criação da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU em 9 de agosto de 1939. 1941: Decretos-Leis n. 3.617 e n. 3.199, no Governo Getúlio Vargas. Considerado como a Primeira regulamentação do Desporto Universitário Brasileiro. Teve como um dos principais objetivos a oficialização da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), a criação das atléticas universitárias ligadas aos centros acadêmicos, a obrigatoriedade dos institutos e universidades na criação de praças esportivas e o surgimento oficial dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs). Década de 1970: Lei n. 6.251/1975 e Decreto n. 80.228 fazem a divisão do esporte estudantil em esporte escolar e esporte universitário. A lei desvincula as atléticas dos centros acadêmicos e elas passam a ter

autonomia própria, com o poder de organizar o esporte nos institutos e universidades. 1998: Criação da Lei n. 9.615 tida como a política nacional de esporte. Dentro outros atos, nomeia as dimensões do esporte (educacional, participativo e rendimento). 2001: Advento da Lei n. 10.264, que destina a arrecadação das Loterias enviada para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) sejam repassados também para o esporte escolar e universitário. 2003: Criação do Ministério do Esporte como pasta única, desvinculado do Turismo. 2004: Adoção de novos paradigmas na CBDU. Intervenção “branca” do governo junto à CBDU, assolada por conflitos internos e cancelamentos e realizações de eventos de forma desorganizada. Início da recuperação administrativa da entidade. 2011: Lei n. 12.395, destina recursos para o desporto escolar e universitário. 2013: Decreto n. 7.984, regulamenta a Lei n. 9.615/98, estabelece definição mais ampla para o desporto educacional e estipula formas de prática do esporte escolar e a participação da CBDE e da CBDU na aplicação dos recursos destinados ao COB para o desenvolvimento do esporte. 2018: Lei n. 13.756, dispõe sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias. 2019: Extinção do Ministério do Esporte. A pasta do esporte foi alocada no Ministério da Cidadania e está sobre a tutela da Secretaria Especial do Esporte (HATZIDAKIS, 2006; STAREPRAVO, *et al.* 2010; ARANTES, MARTINS, SARMENTO, 2012; BRASIL, 1998; 2011; 2013; 2018; NEGRÃO, KAMPPFF, 2021).

Quanto às condições da implementação na universidade pesquisada conforme as categorias elencadas a priori chegou-se aos seguintes resultados: (a) Contexto Organizacional: identificou-se dois cargos de confiança que tratavam especificamente do esporte universitário, além de técnicos especialistas em esportes, todos num único campus. Ofertou inúmeras ações de esporte para as comunidades interna e externa (via extensão). Apresentou faculdade de educação física no campus central e um no interior do Estado; (b) Político: não foi identificada filiação à entidade federativa, mas participou ativamente das ações (especificamente esportivas) promovidas por ela. Pertenceu à Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer), um projeto de entidade da burocracia estatal. Uma gama de documentos foram identificados como editais, regimentos, resoluções, livreto e tutoriais que versavam sobre o esporte, porém não foi encontrado um que identificasse a política institucional de esporte; (c) Social: detectou-se a participação de diversos segmentos das comunidades nas atividades. As dimensões do esporte identificadas foram educacional, participação e formação.

Quanto aos papéis dos atores e instituições, no nível subnacional identificou-se na pesquisa documental que aparentemente houve uma relação mais próxima entre o burocrata de nível de rua (gestor esportivo da universidade) e a entidade federativa em tratamentos formais que regem especificamente os eventos esportivos universitários oficiais, mas não houve interação entre as instituições com outras burocracias estatais. Essa aproximação e interação se deu devido principalmente ao atendimento aos regulamentos das competições, como participação em congressos técnicos em que foram realizadas tratativas específicas sobre elas.

Quanto as rotinas comuns de interações não foram identificadas de nenhum tipo, entre os atores como protesto e ação direta, participação institucionalizada, política de proximidade ou ocupação de cargos na burocracia. Não foram também identificadas ações coletivas que englobem os diversos atores e organização em prol do bem comum que poderiam propiciar alguma contribuição em prol da implementação do esporte na universidade. No que concerne ao nível interno à universidade a interação tanto burocrata-universidade, com os outros atores componentes dos segmentos (atleticanos, comunidades interna e externa), aparentemente ocorreu de forma vaga na implementação.

Há interação dos atleicanos na participação nos eventos esportivos oficiais que já foram tratados na interação burocrata-universidade/federação, ou nos eventos no nível interno como jogos das atléticas, intercursos, dentre outros. Porém, se reduz somente à participação e não a qualquer outro tipo de interação fora a este escopo sempre considerando a implementação. Já a comunidade externa também aparentou somente ser usuária das ações realizadas das dimensões participação e educacional, denotando dependência de decisões verticalizadas.

## Discussão

Na questão da temporalidade e a sequência que culminou na conformação da política de esporte universitária, destacam-se as Leis de 1941 e 1970 que se referem diretamente à organização do esporte universitário, dando ênfase às atléticas na organização do esporte, cabendo à universidade a responsabilidade ofertar a praça esportiva; e, a redação que refere à dimensão do esporte, como na Lei n. 9.615/98 que considera a dimensão educacional que deve perpassar o âmbito universitário. Quanto ao financiamento as Leis n. 10.264/01 e 12.395/11 atingem o esporte universitário de forma superficial, direcionando recursos para a entidade nacional que é uma organização sem fins lucrativos. Há o destaque também que nos idos de 2004 ocorre uma ingerência por parte do governo federal na instituição nacional no que tange à sua política interna de administração, que era conflitiva e fragmentada. A partir desta ingerência a instituição diminuiu o conflito interno e passou a adotar práticas administrativas mais antenadas com a realidade além da governança. Não foi encontrado marco teórico no nível subnacional do esporte universitário e nem à sua implementação, seguindo este nível os preceitos nacionais, o que pode denotar o enfraquecimento da institucionalidade esportiva.

Como instituição formal, o conjunto de leis não se configurou como uma política nacional do esporte universitário de fato, que é considerado antigo, ultrapassado e precário (BARBOSA, 2014; FIOCHI-MARQUES, 2019; MARONI 2012). Provavelmente poder-se-ia inferir que a baixa ou precária participação dos atores sociais e instituições pode ao longo do tempo ter se configurado numa institucionalidade fraca do ponto de vista de interações com a burocracia estatal, deixando esta vertente do esporte numa condição de quase inação. Quando o ideal seria suplantar um pensamento de que atores são sujeitos passivos, em conformidade com Almeida e Dowbor (2021, p. 28) “... existem múltiplas partes e fragmentos e diversas alianças e coalizões entre Estado e sociedade que desafiam a demarcação restrita entre o Estado que faz as regras e a sociedade que é simplesmente recipiente das mesmas”. Neste caso a interação se tornaria fulcral.

As categorias contexto organizacional, político e social, indicaram precariedade na implementação do esporte na universidade pesquisada. Abatida por políticas de austeridade fiscal adotadas pelo governo federal, já que a maior parte do seu financiamento é oriunda da burocracia estatal, identificou-se descontinuidade de inúmeras ações de esporte destinadas às comunidades, devido estar calcada também num sistema de demanda. No geral (todos campi) considerando as categorias elencadas, o esporte universitário se apresentou de forma precária. Porém, como se trata de pesquisa documental, propõe que essa premissa seja em estudos futuros confrontada com outras técnicas que permitam a triangulação, já que os resultados obtidos levaram em consideração apenas a pesquisa documental, na qual alguns aspectos deixaram de ser observados na plenitude devido não terem totalmente sido expressos nos documentos, casos dos aspectos das categorias político e social.

No contexto das interações aparentemente veio a ocorrer nos momentos de encontro burocrata-universidade e entidade federativa, mas não ocorreu discussão acerca da implementação do esporte universitário, inclusive no período pesquisado a universidade não apresentou filiação formalizada junto à entidade federativa, o que causa espanto, uma vez que essas instituições deveriam estar em relações altamente interativas, persecutórias a cadeias decisórias que são rotinas de burocracias estatais. Denotando desta forma, não aglutinação dos atores na implementação com a finalidade da construção coletiva de ações, o que seria um passo importante na aproximação e interação com burocracias estatais. Almeida e Dowbor (2021, p. 28) corroborando com Abers e Keck, alertam que “organizações não estatais também podem desenvolver autoridade prática, quando desenvolvem capacidades para resolução de problemas e conseguem mobilizar o reconhecimento público e dos principais tomadores de decisão”.

A implementação do esporte universitário, se comparada ao atendimento de outros direitos sociais, como a educação e a saúde, dispõe de marco regulatório precarizado considerando princípios, objetivos, diretrizes e regras institucionais para orientar sua consolidação. A fragilidade de mecanismos legais e de uma política nacional faz com que as políticas locais (quando existem) sigam diretivas próprias e muitas vezes sem nenhuma interação com burocracias estatais, provocando inação, tornando-se um comportamento comum dentro do âmbito do esporte universitário. Foi denotado também a baixa institucionalidade do esporte universitário, embora tenha uma organização em termos de instituição, ao se deparar com a instituição federativa não é tão abrangente ao ponto de atingir a implementação. Colocando a instituição universitária numa condição de inação e enfraquecimento institucional, denotando traços de precariedade no esporte na universidade pública pesquisada e dependência de sistema de demanda.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelas premissas destacadas nesta pesquisa, há um distanciamento entre implementação e seus atores e instituições, tanto no nível interno às universidades, quanto no nível subnacional da qual encontra-se a instituição federativa. Aparentemente não ocorre interação entre eles e muito menos engajamento em ações em prol da coletividade, visando se aproximar de burocracias estatais que podem promover mudanças ou dar robustez à implementação do esporte no âmbito universitário.

Há indícios que esses comportamentos dos segmentos envolvidos contribuíram para deixar a implementação do esporte universitário de forma precária na universidade pública mato-grossense no período pesquisado, que aparentemente foi um período profícuo para a implantação ou robustez do esporte universitário. Porém, para confirmar essa premissa necessário aprofundar o estudo mediante pesquisa de campo. Como sugestão para estudos posteriores na busca de coletar novos dados e compreender melhor a implementação do esporte universitário apresentada até aqui, propõe-se entrevistar os atores e instituições, que são chaves nesse processo, considerando aspectos da implementação bem como de rotinas de interações que podem servir de base para compreender melhor o tema, bem como aprofundar na atenuação de sua precariedade ou de soluções ótimas.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALMEIDA, D. R.; DOWBOR, M. Para além das fronteiras da especialização: pontes analítico-teóricas entre movimentos sociais e instituições participativas no Brasil em contexto de mudanças. In: (Orgs) BATISTA, M.; RIBEIRO, E.; ARANTES, R. **As teorias e o caso**. Santo André, SP: EdUFABC, 2021, p. 15-58.

ARANTES, A., MARTINS, F., SARMENTO P. Jogos Escolares Brasileiros: Reconstrução histórica. Ribeira de Pena, Portugal, **Motricidade**, v. 8, n. S2, p. 916-924, 2012.

BARBOSA, C. G. **Liderança na gestão do esporte universitário: Proposta da criação de uma rede de dados**. 2014. 112p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Trad. Pedrinho A. Guareschi, 7<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Lei. 9.615, de 24 de março de 1998. **Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Lei n. 12.527 de 18 novembro de 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal**. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Decreto Lei n. 7.984 de 08 de abril de 2013. **Institui normas gerais do desporto**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Lei n. 13.756 de 12 de dezembro de 2018. **Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e dá outras providências**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2018.

CASTILHO, M. L. **Política de esporte e lazer da UFT: uma proposta de diretrizes para a sua construção**. 2020. 128p. Dissertação (Mestrado em Ciências e Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciência e Saúde, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020.

DORILEO, B. P. **Ensino Superior em Mato Grosso: até a implantação da UFMT**. Campinas: Komedi, 2005.

FIOCHI-MARQUES, M. **Escala de identidade acadêmica e atlética (AAIS-Br): adaptação e evidências de validade para a população universitária brasileira**. (Mestrado em Psicologia e Saúde em Desenvolvimento) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2019.

FIORETOS, O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. **Introduction to The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. New York, London: Oxford University Press, p. 3-28, 2016.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Brasília, **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, jun 2000.

GONÇALVES, V. L.; SILVA, D. S.; MARINS, J. C. B. Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v 27, n. 1, p.150-163, 2019.

HALL, P.; TAYLOR, R. As três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-224, 2003.

HATZIDAKIS, G. O esporte universitário. In: DACOSTA, L. **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Confef, 2006.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. **Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas**. Revista de Sociologia e Política v. 21, n. 48, p. 101-110 dez. 2013.

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua. Dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Tradutor: Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: Enap, 2019.

LOTTA, G. S. **A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas**. In: LOTTA, G. Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil. Brasília: ENAP, p. 11-38, 2019.

MARONI, F. C. Gestão do Esporte Universitário. In: MAZZEI, L.; BASTOS, F. **Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas**. 1ª edição, Ícone Editora, São Paulo, 2012.

MARQUES, E. C. Notas críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Públicas e Atores Políticos. Rio de Janeiro, **BIB**, n. 43, 1º. sem, p. 67-102, 1997.

NEGRÃO, I.; KAMPPFF, A. Avança PL que muda legislação esportiva e ataca corrupção no esporte. Coluna Lei em Campo. **Universo Online**, São Paulo, ano 2021, 20 fev. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/lei-em-campo/2021/02/20/projeto-de-lei-geral-do-esporte-ganha-parecer-de-relator-na-ccj-apos-4-anos.htm>. Acesso em 20 de junho de 2021.

PEREIRA, A. M. M. Análise de políticas públicas e neoinstitucionalismo histórico: ensaio exploratório sobre o campo e algumas reflexões. In: GUIZARDI, F. L. *et al* (Org.). **Políticas de participação e saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; Recife: Universitária, p. 143-164, 2014.

PEREIRA, B. A.; SILVA, L. P. Políticas de Esporte e Lazer nas Universidades Federais de Minas Gerais: Um olhar sobre as Associações Atléticas Acadêmicas. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, dez, 2019.

PRESSMAN, J. L.; WILDAVSKY, A. B. **Implementation: How great expectations in Washington are dashed in Oakland**. Berkeley: University of California Press, 1973. 182p.

SILVA, E. M.; RIBEIRO, A. C. A. Sistemas deliberativos em perspectiva meso: a abordagem dos subsistemas aplicada aos conselhos de políticas públicas em Belo Horizonte. **Opinião Pública**, v. 22, n.1, p.167-194. 2016.

SOUZA, L. C. L.; SILVA M.; SILVA J, V. P. Política de esporte universitário em uma instituição pública de ensino superior de Mato Grosso do Sul. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01-20, out-dez, 2019.

STAREPRAVO, F. A.; REIS, L. J. A.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JUNIOR, W. M. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado. Brasília, **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 3, p. 131-148, maio 2010.